



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 75, DE 2016

(nº 403/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia.

AUTORIA: Presidente da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 403

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia.

Os méritos do Senhor Everton Vieira Vargas que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de julho de 2016.

ESTE DOCUMENTO NÃO FAZ PARTE DO PROCESSO

Aviso nº 459 - C. Civil.

Em 14 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia.

Atenciosamente,

DANIEL SIGELMANN
Secretário-Executivo da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE EVERTON VIEIRA VARGAS

CPF.: 249.887.070-91

ID.: 6538 MRE

1955 Filho de João Domingos da Luz Vargas e Iná Vieira Vargas, nasce em 23 de janeiro, em Santo Ângelo/RS

Dados Acadêmicos:

- 1976 CPCD - IRBR
1977 Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal
1982 CAD - IRBR
1983 Master of Arts in International Relations, Boston University/EUA
1994 CAE - IRBR, Parceria Global? As Alterações Climáticas e a Questão do Desenvolvimento
2001 Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília/DF

Cargos:

- 1977 Terceiro-Secretário
1979 Segundo-Secretário
1985 Primeiro-Secretário, por merecimento
1991 Conselheiro, por merecimento
1997 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2005 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

- 1977-81 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
1981-85 Embaixada em Bonn, Segundo-Secretário
1985-88 Divisão de Ciência e Tecnologia, assistente e chefe, substituto
1988 Instituto Rio Branco, Professor de Estudos Brasileiros para Estrangeiros
1988-92 Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro-Secretário e Conselheiro
1992-95 Embaixada em Tóquio, Conselheiro
1993 V Conferência das Partes da Convenção Ramsar, Kushiro, Japão, Chefe da delegação
XIV Sessão do Conselho Internacional sobre Madeiras Tropicais e Sessão Especial para
1993 Negociação do Acordo Sucessor do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais de 1983, Iocoama,
Japão, Chefe da delegação
1995-98 Secretaria-Geral, Coordenador-Geral da Cúpula das Américas
1998-2001 Divisão do Meio Ambiente, Chefe
1998-2000 II, III e IV Sessão do Foro Intergovernamental de Florestas das Nações Unidas, Genebra e Nova
York, Chefe da delegação
1999 V Conferência das Partes da Convenção da Basíléia sobre Movimento Transfronteiriço de Resíduos
Perigosos e seu Depósito, Basíléia, Chefe de delegação
2000 XIII Sessão do Órgão de Assessoramento Científico e Técnico e do Órgão de Assessoramento para
Implementação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Lyon, Chefe
da delegação
2000 Sessão Final do Comitê Intergovernamental Negociador da Convenção sobre Poluentes Orgânicos
Persistentes (POPs), Joanesburgo, África do Sul, Chefe da delegação
2000 V Conferência das Partes da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e XII
Reunião das Partes do Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Destroem a Camada de
Ozônio, Ouagadougou, Burkina Faso, Chefe da delegação
2001 Comissão Interministerial Preparatória da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável
(Joanesburgo, 2002), Secretário-Executivo
2001 Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira, Representante Titular do MRE

2001	Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, Diretor-Geral
2002-07	Instituto Rio Branco, Professor de Linguagem Diplomática
2003	Comissão Interministerial sobre Mudança Global do Clima, Representante titular do MRE
2003-2005	VII e VIII Reunião Operativa da Agenda Comum Brasil- Estados Unidos sobre Meio Ambiente, Brasília e Washington, Chefe da delegação (2003 e 2005)
2004	Reunião do GT Brasil-Argentina sobre Cooperação Espacial, Buenos Aires, Chefe da delegação
2005-07	Secretaria-Geral, Assessor Especial e Chefe de Gabinete
2006	Reunião Brasil-Rússia para negociação do Acordo de Proteção Mútua de Tecnologia, Moscou, Chefe da Delegação.
2007-09	Subsecretaria-Geral Política I, Subsecretário-Geral
2008	Comissão Intergovernamental de Cooperação Brasil-Ucrânia, Kiev, Chefe de Delegação
2009-13	Embaixada em Berlim, Embaixador
2013-	Embaixada em Buenos Aires, Embaixador

Condecorações:

1997	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
1999	Medalha do Pacificador, Brasil
2006	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2008	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2008	Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial
2008	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial
2012	Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial
2013	Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha, Grã-Cruz

Publicações:

1997	Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do MERCOSUL, in Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 40, No.1
2002	A atuação diplomática do Brasil e a mudança do clima. in PHILIPPI JR, Arlindo et alii (editores) Meio Ambiente, Direito e Cidadania. São Paulo: Universidade de São Paulo;Signus Editora
2003	The Basel Liability Protocol on Liability and Compensation for Damage Resulting from Transboundary Movements of Hazardous Wastes and Their Disposal. in YIEL Vol.12, Oxford:OUP. (Co-autoria com Guido Soares)
2005	A Sustentabilidade Como Valor. In Batista, Eleizer; Cavalcanti, Roberto B.; Fujihara, Marco Antônio. Os Caminhos da Sustentabilidade no Brasil. São Paulo: Terra das Artes Editora, 2005.
2006	A Construção Recente do Direito Internacional do Meio Ambiente:uma visão brasileira. In Nasser, Salem Hikmat; Rey, Fernando. Direito Internacional do Meio Ambiente.São Paulo: Atlas, 2006.
2006	Global Challenges and the Shaping of International Law. In Caldeira Brant, Leonardo Nemer (coordenador). Anuário Brasileiro de Direito Internacional. v.1, nº.1, 2006. Belo Horizonte: CEDIN, 2006
2007	O Legado do Discurso: brasiliade e hispanidade no pensamento social brasileiro e latino-americano. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
2007	A Biodiversidade como Recurso Estratégico: uma reflexão do ângulo da política externa. Rio de Janeiro: CEBRI, Volume 2, Ano 6, 2007. (em co-autoria com Adriana Sader Tescari)
2013	Brasilien und Deutschland: Partner auf Augenhöhe, In Fritz, Erich G. (hrsg) Brasilien: Auf dem Sprung zur Weltwirtschaftsmacht? Oberhausen: Athen, 2013
2014	Argentina y America del Sur en la Inserción Internacional del Brasil. Revista Gestar, Ano 4, No. 13, Buenos Aires, 2014.

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento da Europa
Divisão da Europa III

UNIÃO EUROPEIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Junho de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE A UNIÃO EUROPEIA	
PAÍSES MEMBROS:	Alemanha; Áustria; Bélgica; Bulgária; Chipre; Croácia; Dinamarca; Eslováquia; Eslovênia; Espanha; Estônia; Finlândia; França; Grécia; Hungria; Irlanda; Italia; Letônia; Lituânia; Luxemburgo; Malta; Países Baixos; Polônia; Portugal; Reino Unido; República Tcheca; Romênia; e Suécia

PRINCIPAIS ÓRGÃOS:	Conselho Europeu (Chefs de Estado e de Governo); Conselho de ministros (com várias formações); Parlamento Europeu; Comissão Europeia; Corte Europeia de Justiça
SEDE PRINCIPAL:	Bruxelas
ÁREA:	4.463.600 km ²
POPULAÇÃO (Eurostat, 2015):	508,4 milhões
PRESIDENTE DO CONSELHO EUROPEU:	Donald Tusk (Polônia)
PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA (CE):	Jean-Claude Juncker (Luxemburgo)
ALTA REPRESENTANTE PARA OS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E A POLÍTICA DE SEGURANÇA:	Federica Mogherini (Itália)
PRESIDÊNCIA DE TURNO DO CONSELHO DA UE:	Países Baixos (Primeiro-Ministro Mark Rutte), até 30/6/2016
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US\$ 16,220 trilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US\$ 19,205 trilhões
PIB PER CAPITA (2015)	US\$ 31.968,93
PIB PPP PER CAPITA (2015)	US\$ 37.852,24
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	1,986% (2015); 1,445% (2014); 0,279% (2013)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014):	Maior: Noruega – 0,944 - 1º no ranking Menor: Bulgária – 0,782 – 59º no ranking
EXPECTATIVA DE VIDA (2014):	80,6 anos
ALFABETIZAÇÃO (2014):	99,75%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015):	9,4%
UNIDADES MONETÁRIAS:	euro, coroa dinamarquesa, coroa tcheca, coroa sueca, florim húngaro, leu romeno, kuna croata, lev búlgaro, libra esterlina, zloty polonês
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	João Gomes Cravinho

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ bilhões FOB) - Fonte: MDIC

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Intercâmbio	51,35	67,31	82,79	63,43	82,48	99,63	96,82	98,52	88,77	70,59
Exportações	31,13	40,57	46,60	34,19	43,32	53,17	49,10	47,77	42,05	33,95
Importações	20,21	26,74	36,19	29,24	39,15	46,46	47,72	50,75	46,72	36,65
Saldo	10,92	13,83	10,40	4,95	4,17	6,71	1,39	-2,98	-4,67	-2,70

Informação elaborada em 01/junho/2016.

PERFIS BIOGRÁFICOS
Donald Tusk
Presidente do Conselho Europeu



Nasceu em Gdańsk, Polônia, em 22/4/1957. Graduou-se em História pela Universidade de Varsóvia em 1980. Na universidade, ajudou a fundar o Comitê Estudantil do Solidarność (Solidariedade) e, mais tarde, a União Independente dos Estudantes, diretamente afiliada àquele sindicato. Impedido de ingressar no serviço público, trabalhou por sete anos em uma cooperativa em Swietlik. Fundou o partido Congresso Liberal Democrática (KLD) em 1991. Foi eleito Senador em 1997. Tornou-se líder da oposição na Câmara Baixa em 2001. Derrotado nas eleições presidenciais de 2005, saiu vitorioso das eleições legislativas dois anos depois. Em 16/11/2007, tomou posse como Primeiro-ministro. Como Chefe de Governo polonês, atribuiu prioridade à plena inserção na União Europeia, à defesa dos interesses dos membros mais recentes do Bloco e à construção de relações cordiais com a Rússia. Assumiu o posto de presidente do Conselho Europeu em dezembro de 2014.

Jean-Claude Juncker
presidente da Comissão Europeia



Nasceu em Redange, Luxemburgo, em 9/12/1954. Graduou-se em Direito na Universidade de Estrasburgo. Exerceu diversos cargos públicos durante sua vida: em 1982, foi nomeado vice-ministro do Trabalho de Luxemburgo; em 1984, foi designado ministro do Trabalho; em 1989, ministro das Finanças; e foi primeiro-ministro de Luxemburgo entre 1995 e 2013; entre 2005 e 2013, foi presidente do Eurogrupo, instituição europeia que congrega os ministros da Economia e Finanças dos estados membros da Zona do Euro, o presidente do Banco Central Europeu e o Comissário Europeu de Assuntos Econômicos e Monetários. Em 1º de novembro de 2014, assumiu a presidência da Comissão Europeia.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil foi um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas com a então Comunidade Econômica Europeia, em 1960. Desde então, o relacionamento bilateral passou por diversas mudanças, mas sempre manteve elevada importância no quadro da política externa brasileira. Com a assinatura da Parceria Estratégica, em 2007, as relações Brasil-União Europeia (UE) atingiram novo patamar, e ampliaram-se as oportunidades de diálogo sobre desafios globais e oportunidades de interesse bilateral ou birregional (Mercosul e CELAC com a UE). A Parceria tem contribuído para que Brasil e UE aprofundem as relações políticas, dinamizem os vínculos econômicos e diversifiquem as iniciativas de cooperação.

O relacionamento em nível estratégico pressupõe interlocução intensa e consultas sistemáticas, o que se dá por meio de uma série de encontros entre representantes do governo brasileiro e das instâncias comunitárias. Além das Reuniões de Cúpula anuais, em nível presidencial, há encontros regulares entre altos funcionários, especialistas e técnicos. Dada a diversidade de temas que integram a Parceria Estratégica, há mais de 30 diálogos setoriais em andamento, em áreas como paz e segurança, comércio, investimentos, regulação, serviços, energia, sociedade da informação, desenvolvimento sustentável, mudança do clima, educação e cultura. A Comissão Mista bilateral, criada em 1992, exerce o papel de coordenação da ampla agenda bilateral. Há, ainda, encontros regulares entre representantes das sociedades civis e do empresariado, que contribuem para aproximar as sociedades brasileira e europeia, bem como para debater ideias sobre como explorar novas oportunidades e superar desafios.

No plano político, Brasil e UE reconhecem-se como atores de um sistema internacional multipolar e em transformação. Compartilham, ademais, o compromisso de fortalecer o multilateralismo: entendem ser esse o mecanismo mais eficaz para viabilizar a paz e a cooperação, em âmbito mundial. O Brasil tem na UE importante interlocutor, por exemplo, na questão do fortalecimento e da reforma das instituições multilaterais e de seus processos de decisão, sobretudo a Organização das Nações Unidas e seu Conselho de Segurança. A valorização das instâncias democráticas e o respeito aos direitos humanos são, também, princípios basilares da Parceria Estratégica.

As relações econômico-comerciais são de imensa relevância para ambos os lados. Entre 2003 e 2013, o intercâmbio comercial mais que triplicou. Tomada em seu conjunto, a UE é hoje o maior parceiro comercial do Brasil. A UE detém um dos mais importantes estoques de investimentos no Brasil, ao passo que o país se transformou em importante fonte de investimentos diretos estrangeiros na

UE (5º maior). As dinâmicas relações econômicas têm enorme potencial de expansão: além das perspectivas de incremento do comércio, sobretudo com a expectativa de conclusão das negociações de acordo comercial entre Mercosul e UE, espera-se que os investimentos recíprocos sigam em rota de expansão.

A agenda de cooperação é igualmente intensa. No campo da educação, cerca de metade dos bolsistas do Programa Ciência sem Fronteiras, da graduação ao pós-doutorado, nas áreas prioritárias do Programa, escolhem países da UE como destino. Na área de ciência e tecnologia, Brasil e UE cooperam de maneira próxima em pesquisas e investimentos conjuntos em áreas como biocombustíveis e tecnologia da informação. Como sede de importantes centros de pesquisa, a UE é parceira fundamental em projetos de tecnologia e inovação, os quais poderão contribuir para um salto qualitativo no desenvolvimento brasileiro.

Brasil e UE têm, ainda, procurado avançar na formulação de estruturas que permitam ampliar o escopo de sua cooperação, como a cooperação trilateral, modalidade que promove o intercâmbio de experiências sobre como lidar com desafios comuns aos países em desenvolvimento.

A última Reunião de Cúpula Brasil-União Europeia (Bruxelas, 24 de fevereiro de 2014), a sétima a ocorrer, contribuiu, entre outras coisas, para as negociações do Acordo de Associação Birregional Mercosul-União Europeia, ao reiterar a disposição das partes, no mais alto nível político, em alcançar acordo ambicioso, abrangente e equilibrado. Cabe referir, outrossim, às discussões sobre governança da Internet, assunto no qual Brasil e UE têm identificado convergência de posições – defesa de modelo multisectorial, democrático e transparente de governança, e o entendimento de que as tecnologias da informação e da comunicação podem constituir poderosa ferramenta para o desenvolvimento.

Entre os acordos bilaterais assinados nos últimos anos, pode-se destacar o Acordo sobre a Segurança da Aviação Civil e o Acordo sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns – ambos em vigor –, além de Acordo sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos, em processo de tramitação no Congresso Nacional.

Assuntos consulares

Tendo em conta que a competência sobre temas consulares continua pertencente aos estados membros individualmente, não cabe referência ao presente tópico nesta informação.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Tópico tampouco aplicável à União Europeia em seu conjunto.

POLÍTICA INTERNA

Nas eleições para o Parlamento Europeu de maio de 2014, uma sólida maioria de 479 das 751 cadeiras (63,8%) do Parlamento Europeu continua nas mãos dos três maiores blocos "tradicionalis" da política pan-europeia – 221 no Partido Popular Europeu (PPE), de centro-direita; 191 com os Socialistas/Democratas (S&D), de centro-esquerda; e 67 em mãos dos liberais-democratas da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa (ADLE), de centro. O mandato dos parlamentares europeus é de cinco anos. Acordo entre tais blocos partidários permitiu a divisão das principais posições europeias:

i) a presidência da Comissão Europeia, com Jean-Claude Juncker (cabeça de chapa do Grupo PPE, vencedor das eleições) – por mandato de 5 anos, renovável uma vez –, que, a despeito da vocal oposição britânica, contou com apoio decisivo da chanceler alemã, Angela Merkel, do presidente francês, François Hollande, e do primeiro-ministro italiano, Matteo Renzi. A Comissão Europeia é o órgão executivo da UE, sendo politicamente independente. É responsável pela elaboração de propostas de novos atos legislativos europeus e pela execução das decisões do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia. Entre suas competências encontram-se: ser a única instituição da UE que apresenta legislação para adoção pelo Parlamento e pelo Conselho com o objetivo de proteger os interesses da UE e dos seus cidadãos em questões que podem ser tratadas com maior eficácia ao nível europeu do que ao nível nacional; resolver questões técnicas específicas mediante consulta de peritos e do público em geral; gerir as políticas europeias e distribuir os fundos da UE; definir as prioridades de despesa da UE juntamente com o Conselho e o Parlamento; elaborar orçamentos anuais que devem ser aprovados pelo Parlamento e pelo Conselho Europeus; controlar as despesas, que são verificadas pelo Tribunal de Contas; juntamente com o Tribunal de Justiça, garantir a aplicação da legislação da UE em todos os estados membros; representar a UE nas instâncias internacionais, designadamente nas áreas da política comercial e da ajuda humanitária; e negociar acordos internacionais em nome da UE.

ii) o cargo de presidente do Conselho Europeu, com a escolha do ex-primeiro-ministro polonês Donald Tusk, ao término do mandato de Herman Van Rompuy, em 1º de dezembro de 2014, para mandato de dois anos e meio, renovável uma vez. Sua escolha se deu por consenso entre os estados membros e contou com forte apoio da Alemanha, em particular pela intenção de dar posição relevante no âmbito do Bloco a alguém proveniente do Leste da Europa. Com a nova composição da Comissão Europeia e do Conselho Europeu, configura-se divisão de tarefas mais clara entre os órgãos: Tusk tenderá a ser a face externa da União

Europeia, enquanto Juncker se concentrará na gestão interna do Bloco. O Conselho Europeu reúne os Chefes de Estado e de Governo dos estados membros para definir a agenda política da UE, representando o nível mais elevado de cooperação política do Bloco. Entre suas competências, encontram-se: decidir sobre as orientações gerais e as prioridades políticas, mas não aprovar legislação; tratar de questões complexas e sensíveis que não podem ser resolvidas em níveis inferiores de cooperação intergovernamental; definir a política externa e de segurança comum da UE, tendo em conta os interesses estratégicos e as implicações em termos de defesa; designar e nomear candidatos a determinados altos cargos nas instituições da UE, como a presidência do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia;

iii) a escolha do alemão Martin Schulz (S&D) para a presidência do Parlamento Europeu, para mandato de dois anos e meio. O bloco partidário também passou a ocupar o cargo de Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, com a italiana Federica Mogherini. O Parlamento Europeu tem três tipos principais de poderes: poderes legislativos (adotar legislação, juntamente com o Conselho da UE, com base em propostas da Comissão Europeia; decidir sobre os acordos internacionais; decidir sobre os alargamentos do Bloco; analisar o programa de trabalho da Comissão; e convidar a Comissão a propor legislação); poderes de supervisão (exercer o controle democrático de todas as instituições da UE; eleger o presidente da Comissão; e aprovar a Comissão no seu todo; poder votar moção de censura, obrigando a Comissão a demitir-se; conceder quitação, isto é, aprovar a forma como o orçamento da UE é gasto; examinar as petições dos cidadãos e abrir inquéritos; debater a política monetária com o Banco Central Europeu; interrogar a Comissão e o Conselho; realizar observações eleitorais); e poderes orçamentários (definir o orçamento da UE, juntamente com o Conselho Europeu; e aprovar o quadro financeiro plurianual da UE).

O número de representantes ligados a partidos eurocéticos e com matriz populista está distante da maioria absoluta de 376 vozes necessárias para bloquear decisões no Parlamento Europeu. Nesse quadro, não deverá haver real ruptura do *modus operandi* do Parlamento Europeu, cujas decisões continuarão a derivar da composição pragmática entre os seus três grandes blocos. Minoritários, os eurocéticos deverão atuar como forças obstrucionistas no cotidiano do Parlamento, tornando mais lento e conturbado o já complexo processo decisório. Poderão ter influência indireta, ademais, se as vozes do "*mainstream*", impactadas pelo avanço dos eurocéticos, vierem a adotar certos elementos de seu discurso político.

Outras instituições de relevo no âmbito comunitário são:

- i) Conselho da União Europeia, onde os ministros dos governos de cada país membro da UE reúnem-se para discutir, alterar e aprovar legislação e coordenar políticas. Os ministros estão habilitados a assumir compromissos em nome dos respetivos governos em relação às medidas aprovadas nas reuniões. Ele negocia e adota a legislação europeia, juntamente com o Parlamento Europeu, com base em propostas da Comissão Europeia; coordena as políticas dos países da UE; define a política externa e de segurança, com base nas orientações do Conselho Europeu; celebra acordos entre a UE e outros países ou organizações internacionais; e aprova o orçamento da UE em conjunto com o Parlamento Europeu. Sua presidência é exercida rotativamente pelos países da UE, por períodos de 6 meses; e
- ii) Tribunal de Justiça da União Europeia, que interpreta a legislação da UE para garantir sua aplicação da mesma forma em todos os países do Bloco e delibera sobre diferendos jurídicos entre governos nacionais e instituições da UE. Os particulares, as empresas e as organizações podem também, em determinadas circunstâncias, recorrer ao Tribunal se considerarem que os seus direitos foram infringidos por uma instituição europeia.

No último ano, podem ser destacados quatro temas que atraíram a atenção das instituições europeias e colocam sob pressão o projeto comunitário: i) a crise ucraniana; ii) a crise migratória; iii) a crise na Grécia; e iv) o referendo no Reino Unido sobre a permanência na União Europeia. A atual conjuntura de crises econômica, migratória e institucional, com aproximação de referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE, tem paralisado parte da ação internacional do Bloco.

POLÍTICA EXTERNA

A Política Externa e de Segurança Europeia, criada pelo Tratado de Maastricht (1992) e fortalecida a partir do Tratado de Lisboa (2007), permite à União Europeia (UE) maior grau de ação conjunta e coordenada sobre questões regionais e internacionais, sempre que concedido mandato à UE pelos estados membros. Dessa forma, os vinte e oito países da UE têm uma influência muito maior do que individualmente.

Embora as características dessa política comunitária sejam essencialmente intergovernamentais, dependente da posição conjunta de todos os estados membros da UE, esse instrumento demonstra a busca pela constituição de uma voz única para a região em temáticas menos conflituosas entre seus países-membros, como Comércio Internacional, Direitos Humanos e Meio Ambiente.

No campo das relações exteriores da União, dois grupos de países foram identificados como prioritários para a atuação inicial da Alta Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE): os países vizinhos da UE e os grandes atores globais, tradicionais e emergentes. Dentro do primeiro grupo, o conflito na Ucrânia e os levantes em países do Norte da África e do Oriente Médio merecem grande atenção por parte da UE, com especial destaque para o desenvolvimento da guerra civil na Líbia e na Síria, que conta com forte atuação de organizações e inclusive tropas de países europeus, e do conflito israelo-palestino. A UE tem desempenhado relevante papel, igualmente, em questões como o programa nuclear iraniano e a estabilização da Somália, da região do Chifre da África e do Sahel. Os temas migratórios têm ganhado destaque na agenda externa da União Europeia, com atuação junto a países de origem e de trânsito de migrantes, bem como outros atores regionais relevantes no Norte da África e no Oriente Médio.

A construção de parcerias estratégicas com os países de maior destaque no sistema internacional também tem sido priorizada. Dez países foram considerados estratégicos pela UE, nações de reconhecimento internacional histórico ou emergente, sendo esses Estados Unidos, Japão, Canadá, Coréia do Sul, países pertencentes ao agrupamento BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e México.

No campo econômico-comercial, destacam-se as negociações para estabelecimento da Parceria Transatlântica em Comércio e Investimentos (TTIP, na sigla em inglês). Rodadas de negociações entre as partes têm ocorrido desde 2014. As últimas notícias dão conta de que as negociações serão prolongadas muito além da expectativa inicial das partes de concluir-las até o final deste ano.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Panorama geral

De acordo com o último relatório da Comissão Europeia (4/5/2016), em meio à deterioração adicional do cenário econômico mundial no início de 2016, a economia europeia entrou em seu quarto ano de recuperação modesta. De acordo com a análise, os fatores positivos que, em 2015, favoreceram o consumo privado e as exportações – baixos preços de petróleo, baixos custos de financiamento e desvalorização do euro em relação ao dólar – deverão continuar a apoiar o crescimento nos anos de 2016 e 2017. Não obstante, indicou agravamento dos riscos ao crescimento, notadamente externos. As principais preocupações apontadas são a desaceleração da China e de outras economias emergentes, a fragilidade do comércio internacional, as tensões geopolíticas e outras incertezas políticas.

No âmbito interno, embora a política fiscal tenha se mostrado ligeiramente favorável ao crescimento, em razão de maiores gastos governamentais relacionados com o intenso influxo de refugiados, o legado da crise ainda continua a constranger o ímpeto da recuperação europeia. O alto nível de endividamento público e privado restringe a potencialidade de investimentos e também de consumo. Adicionalmente, a elevada exposição dos bancos a créditos de baixa qualidade inibe a disposição e a capacidade das instituições financeiras de prover liquidez à economia real.

Quanto ao comércio exterior, a deterioração do ambiente internacional começou a ter visível impacto sobre as exportações da zona do euro a partir do segundo semestre de 2015, anulando o fator positivo da depreciação da moeda comum. Por outro lado, graças à melhora da competitividade de preços, resultado da desvalorização cambial passada e da queda dos custos unitários do trabalho, espera-se que o crescimento das exportações se acelere ao longo de 2016. Contudo, a contribuição das vendas externas deverá ser superada pelo aumento das compras, resultante tanto da maior demanda doméstica, quanto do alto conteúdo de importações nos bens europeus de exportação. A Comissão Europeia estima, nesse sentido, que as "importações líquidas" impactariam negativamente o crescimento do PIB em 2016, tornando-se neutras em 2017.

No primeiro trimestre de 2016, o PIB da Zona do Euro (ZE), atualmente com 19 países, ampliou-se em 0,6% frente ao período anterior, e o da União Europeia (UE), com seus 28 países, em 0,5%, confirmando diagnóstico de modesta

e frágil recuperação. Em comparação com o primeiro trimestre de 2015, a expansão do PIB foi de 1,6% na ZE e de 1,7% na UE. O resultado foi superior àquele obtido pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, surpreendendo positivamente analistas, que previam crescimento de 0,4%. Mais uma vez, confirma-se o diagnóstico de recuperação moderada da economia europeia, movida principalmente pela demanda doméstica. O consumo privado continua a ser o principal motor do crescimento, mas economistas vêm sinais de retomada dos investimentos. Teria igualmente contribuído para a aceleração neste início de ano, embora em menor grau, a orientação fiscal levemente expansionista. O PIB real da ZE finalmente alcançou o nível pré-crise, após oito anos de períodos de recessão, estagnação e limitado crescimento. O dado mostra o caráter lento da atual retomada da atividade econômica da zona do euro, que, em ciclos recessivos anteriores, precisou de cinco a oito trimestres para recuperar o nível de produção pré-crise. Desta vez, foram necessários mais de 30 trimestres. A projeção atual do órgão europeu é que a economia da UE cresça a taxas de 1,8% em 2016 e 1,9% em 2017, e a da ZE, 1,6% e 1,8%.

O desemprego deverá, segundo análise do escritório de estatísticas europeu, seguir declinando gradualmente nos próximos dois anos, embora em ritmo mais lento do que em 2015. Na ZE, estima-se que o índice recuará de 10,9%, em 2015, para 10,3% em 2016 e 9,9% em 2017. Na UE, é prevista queda de 9,4% para 8,9% e 8,5%, respectivamente. Vale observar que, mesmo que os prognósticos se confirmem no fim do horizonte de previsão (2017), as taxas de desemprego ainda estarão acima dos níveis pré-crise: 7,2% na ZE e 6,7% na UE. Em comparação com um ano atrás, o índice retrocedeu em 25 estados membros da UE, subiu em dois (Áustria e Finlândia) e manteve-se estável em um (Romênia).

O índice inflacionário anualizado na zona do euro e na União Europeia, segundo o Gabinete de Estatísticas da UE (Eurostat), subiu ligeiramente em dezembro de 2015: de 0,1% para 0,2% na ZE e para 0,0%, na UE. Em dezembro de 2014, o índice era de -0,2% na zona do euro e de -0,1% na UE. Acredita-se que o preço da cesta de produtos subirá 0,5% tanto na ZE, quanto na UE. Há apenas três meses, a estimativa do órgão era de inflação de 1,0% no caso da zona do euro e de 1,1% no caso do bloco. Nesse contexto, a CE rebaixou novamente suas previsões para a variação de preços ao consumidor: 0,2% em 2016 e 1,4% em 2017, contra as projeções de 0,5% e 1,5%, de três meses atrás.

Na seara comercial, em 2015, a UE obteve superávit comercial de 64,2 bilhões de euros – comparado a 13,3 bilhões em 2014, resultado de um aumento de 5% nas exportações, para EUR 1,789 trilhão, e de 2% nas importações, para EUR 1,725 trilhão. O maior aumento foi observado no comércio com o maior parceiro:

tanto as vendas para os EUA quanto as compras de produtos oriundos daquele país subiram 19%. O Brasil manteve-se em décimo lugar em 2015, apesar da queda de 6% nas exportações da UE para o país. O comércio com a Rússia continuou a apresentar forte queda (-28% nas exportações europeias e -25% nas importações). Além de Rússia e Brasil, apenas o comércio com a Noruega registrou queda. O ranking completo, em 2015, em ordem decrescente de comércio, é o seguinte: EUA, China, Suíça, Rússia, Turquia, Noruega, Japão, Coreia do Sul, Índia e Brasil. No primeiro trimestre de 2016, o Brasil continuou a registrar forte queda no comércio com a UE, segundo o Eurostat. As exportações europeias para o Brasil caíram 19,9%, na comparação anual, tendo somado EUR 6,9 bilhões. As importações de produtos brasileiros pela UE recuaram 9,3%, para EUR 6,7 bilhões. Na comparação trimestral, os números também mostram queda: -11,5% e -5,7%, respectivamente. O Brasil passou a ser, assim, o 11º maior parceiro comercial da UE, cedendo a 10ª posição para o Canadá e imediatamente à frente de Emirados Árabes Unidos, Cingapura e Arábia Saudita.

Comércio exterior com o Brasil

Nas relações com o Brasil, destaca-se, em primeiro lugar, o caráter complementar das economias brasileira e europeia, o que confere grande potencial ao relacionamento econômico-comercial entre os dois países. Há interesse, no lado europeu, em suprir a demanda brasileira por produtos e serviços em setores nos quais o Bloco conta com reconhecida "expertise", tais como infraestrutura, logística, transportes e alta tecnologia. Entre as principais importações brasileiras na atualidade, pode-se mencionar máquinas mecânicas, automóveis, farmacêuticos e máquinas elétricas. O Brasil, por sua vez, encontra-se em condições de diversificar a pauta de exportações – atualmente concentrada em minérios, café, chá, mate, especiarias e farelo de soja.

O comércio bilateral Brasil-União Europeia tem-se decaído significativamente desde 2013, quando o intercâmbio bilateral atingiu US\$ 98,52 bilhões, o segundo maior valor na série histórica, inferior apenas ao registrado no ano de 2011 – US\$ 99,63 bilhões. A participação do intercâmbio com a União Europeia no comércio exterior brasileiro tem ficado ao redor de 20% do total. As quedas em 2014 e 2015 foram respectivamente de 9,9% e de 20,5%.

Investimentos

A União Europeia, tida em seu conjunto, conta com o maior estoque de investimentos no Brasil.

Segundo dados do Banco Central, em 2014, os investimentos diretos da União Europeia no Brasil chegaram a US\$ 27,7 bilhões (50% do total e mais que o dobro da América do Norte, segunda colocada); em 2013, o montante foi de US\$ 24,5 bilhões (50% do total e duas vezes e meia mais que a América do Norte, novamente a segunda colocada).

Com referência ao estoque de investimentos em todo mundo, os dados mais recentes do Eurostat, referentes ao ano de 2014, registram que a cifra alcança 5,749 trilhões de euros (acréscimo de 7,6% frente ao ano anterior), tendo como principal destino os EUA (EUR 1,985 trilhões), a Suíça (EUR 632,3 bilhões), o Brasil (EUR 343,6 bilhões, acréscimo de 0,9% - equivalente a mais que o dobro do valor correspondente aos investimentos da América do Norte, US\$ 143 bilhões, e seis vezes mais que os investimentos da Ásia e da Oceania combinados), o Canadá (EUR 274,7 bilhões) e Rússia (EUR 171,5 bilhões).

Por outro lado, o estoque de investimentos alocados no espaço comunitário totalizou 4,583 trilhões de euros (acréscimo de 9,6% frente ao ano anterior), tendo como principal origem os EUA (EUR 1,810 trilhões), a Suíça (EUR 509,4 bilhões), o Japão (EUR 166,3 bilhões), o Canadá (EUR 165,9 bilhões) e o Brasil (EUR 113,6 bilhões, apresentando aumento expressivo, de EUR 55,4 bilhões, na comparação com o ano anterior).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1949	Criação do Conselho da Europa
1951	Seis países – Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Países Baixos instituem a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), cujo tratado constitutivo entraria em vigor em 1952
1955	Decisão dos ministros do Exterior dos seis países de estender a integração a toda a economia
1957	Assinatura em Roma dos Tratados que instituem a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euratom), que entrariam em vigor em 1º de janeiro de 1958
1965	Assinado tratado de fusão dos executivos das três comunidades e que cria um Conselho e uma Comissão únicos. Entraria em vigor em 1º de julho de 1967.
1968	Eliminação completa, com 18 meses de avanço sobre o previsto, dos direitos aduaneiros intracomunitários sobre os produtos industriais. Entra em vigor uma Pauta Aduaneira Comum.
1970	É assinado em Luxemburgo tratado que permite sejam as Comunidades Europeias progressivamente financiadas por “recursos próprios” e que confere maiores poderes ao Parlamento Europeu.

1972	São assinados em Bruxelas os tratados de adesão da Dinamarca, da Irlanda, da Noruega e do Reino Unido às Comunidades Europeias.
1973	A Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido aderem às Comunidades Europeias, que passam a ter nove estados membros. A Noruega não adere ao bloco, na sequência de referendo em que o voto majoritário foi desfavorável à adesão.
1974	Na Cimeira de Paris, os líderes políticos dos Nove decidem reunir-se regularmente em Conselho Europeu três vezes por ano. Estabelecem-se eleições diretas para o Parlamento Europeu e cria-se o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.
1975	É assinado um tratado que reforça os poderes orçamentais do Parlamento Europeu e cria o Tribunal de Contas Europeu. Entraria em vigor em 1 de junho de 1977.
1978	Na Reunião de Cúpula de Bremen, a França e a República Federal da Alemanha propõem um relançamento da cooperação monetária por meio da criação de um Sistema Monetário Europeu (SME), que começa a funcionar em 13 de março de 1979.
1979	É assinado o tratado de adesão da Grécia às Comunidades Europeias. São realizadas as primeiras eleições diretas dos 410 deputados do Parlamento Europeu.
1981	Entrada da Grécia nas Comunidades Europeias, que passam a contar 10 estados membros.
1985	Assinatura dos Tratados de adesão da Espanha e de Portugal às Comunidades Europeias. No Conselho Europeu de Luxemburgo, os Dez acordam em rever o Tratado de Roma e relançar a integração europeia, por meio do “Ato Único Europeu”, que abre caminho à realização plena do mercado interno até 1993
1986	Espanha e Portugal aderem às Comunidades Europeias, que passam a contar 12 estados membros. É assinado em Luxemburgo e na Haia o Ato Único Europeu, que entraria em vigor em 1 de julho de 1987
1990	É assinado o Acordo de Schengen, que visa a suprimir os controles de fronteiras entre os estados membros das Comunidades Europeias
1991	O Conselho Europeu de Maastricht adota o Tratado da União Europeia, que estabelece as bases para uma política externa e de segurança comum, uma cooperação mais estreita nos domínios da justiça e dos assuntos internos e a criação de uma União Econômica e Monetária, incluindo uma moeda única. A conjugação da cooperação intergovernamental nestes domínios com o sistema comunitário existente dá origem à União Europeia (UE). A CEE passa a chamar-se “Comunidade Europeia” (CE)
1992	É assinado em Maastricht o Tratado da União Europeia, que entraria em vigor em 1º de novembro de 1993
1993	É criado o mercado interno
1994	São assinados no Conselho Europeu de Corfu (Grécia) os tratados de adesão à União Europeia da Áustria, da Finlândia, da Noruega e da Suécia
1995	A Áustria, a Finlândia e a Suécia juntam-se à UE, que passa a ter 15 estados

	membros. A Noruega, na sequência de novo referendo em que o voto majoritário foi desfavorável, volta a desistir do processo de adesão
1997	O Conselho Europeu de Amsterdã adota um tratado que dá à União Europeia novas competências, que entraria em vigor em 1º de maio de 1999
1998	Tem início o processo de adesão dos novos países candidatos, que vai abranger Chipre, Malta e 10 países da Europa Central e Oriental. O Conselho Europeu de Bruxelas decide que 11 estados membros (Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Espanha) preenchem as condições necessárias para a adoção da moeda única em janeiro de 1999. A estes juntar-se-á mais tarde a Grécia
1999	As moedas de 11 Estados membros são substituídas pelo euro
2000	Em Nice, o Conselho Europeu chega a acordo sobre o texto de um novo Tratado, que reforma o sistema decisório da UE na perspectiva do alargamento. Os presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho Europeu e da Comissão Europeia proclamam a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia
2001	É assinado o Tratado de Nice, que entraria em vigor em 1 de fevereiro de 2003.
2002	Entrada em circulação das moedas e notas em euros. O Conselho Europeu de Copenhague decide que 10 dos países candidatos (Chipre, Malta, República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, Eslováquia e Eslovênia) poderão aderir à UE em 1º de maio de 2004. A adesão da Bulgária e da Romênia é prevista para 2007
2003	São assinados em Atenas os tratados de adesão de Chipre, Malta, República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, Eslováquia e Eslovênia. A Convenção sobre o futuro da Europa adota um projeto de Constituição Europeia e conclui os seus trabalhos. Tem início a Conferência Intergovernamental que deverá redigir um novo Tratado incorporando a Constituição Europeia
2004	Chipre, Malta, República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, Eslováquia e Eslovênia aderem à União Europeia. Os 25 estados membros assinam um Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa
2005	São assinados os Tratados de adesão com a Bulgária e a Romênia
2007	A Bulgária e a Romênia aderem à União Europeia, elevando o número de estados membros para 27. Os 27 estados membros da UE assinaram o Tratado de Lisboa, que modifica os Tratados anteriores. O Tratado de Lisboa é ratificado por todos os países da UE antes de entrar em vigor a 1º de dezembro de 2009.
2013	A Croácia passa a ser o 28º país membro da UE

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1960	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Comunidade Europeia
1992	Acordo-Quadro de Cooperação entre a Comunidade Econômica Europeia e o Brasil
1995	Acordo-Quadro de Cooperação Inter-Regional Mercosul-Comunidade Europeia
2004	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e União Europeia (UE)
2006	Visita ao Brasil do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso
2007	Primeira Cúpula Brasil-União Europeia. Lançamento da Parceria Estratégica Brasil-UE. Publicação do I Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia (2008-2011)
2008	Visita ao Brasil do presidente do Conselho da União Europeia, Nicolas Sarkozy, e do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. II Cúpula Brasil-UE
2009	Visita a Estocolmo (a Suécia exercia a Presidência do Conselho da União Europeia naquele momento) do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. III Cúpula Brasil-UE
2010	Visita ao Brasil do presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. IV Cúpula Brasil-UE
2011	Visita a Bruxelas da presidente Dilma Rousseff. V Cúpula Brasil-UE. Lançamento do II Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia (2012-2014).
2013	Visita ao Brasil do presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. VI Cúpula Brasil-UE
2014	Visita a Bruxelas (sede do Conselho Europeu) da presidente Dilma Rousseff. VII Cúpula Brasil-UE. Visita ao Brasil do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso
2015	Encontro entre a Senhora Presidenta da República e os presidentes do Conselho Europeu, Donald Tusk, e da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, à margem da COP21, em Paris

ATOS BILATERAIS

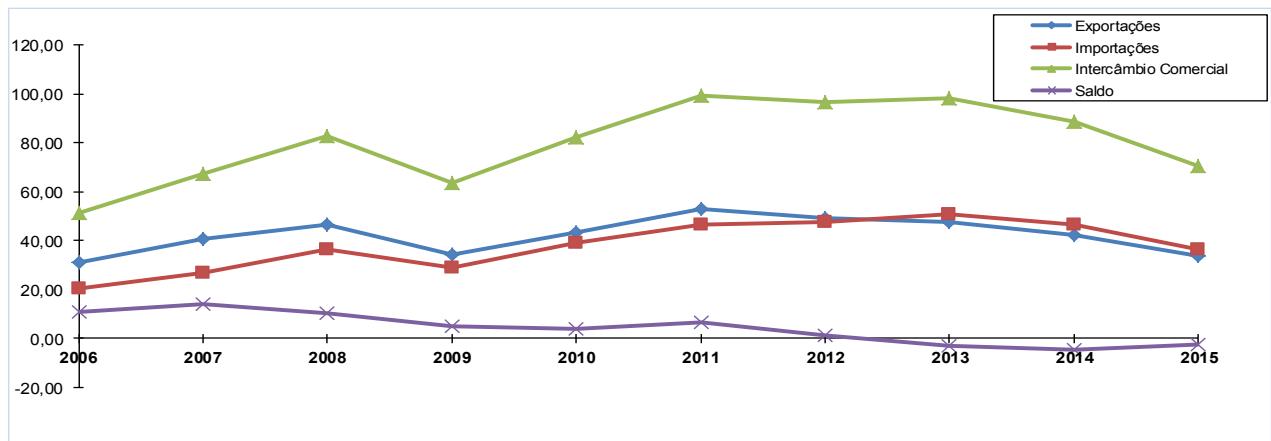
Título do Acordo	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Data de promulgação
Acordo sob a forma de Troca de Cartas entre a União Europeia e o Brasil, nos Termos do Artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994, Relativo à Alteração das Concessões para carne de Aves de Capoeira Transformada Previstas na lista da UE anexa ao GATT de 1994	26/06/2012		Tramitação MRE
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre a Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Serviço ou Oficiais	08/11/2010	11/03/2011	01/04/2011
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns	08/11/2010	01/10/2012	05/10/2012
Acordo Sobre a Segurança da Aviação Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Europeia	14/07/2010	27/08/2013	18/12/2015
Acordo Entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia Sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos	14/07/2010		Tramitação Ministérios/Casa Civil
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	19/01/2004	15/12/2006	10/05/2007
Acordo-Quadro de Cooperação Financeira	19/12/1994	21/06/1995	29/08/1995
Acordo-Quadro de Cooperação	29/06/1992	01/11/1995	28/11/1995
Acordo sobre o Estabelecimento e os Privilégios e Imunidades da Delegação da Comissão das Comunidades Europeias no Brasil	04/04/1984	19/11/1984	09/02/1989

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do intercâmbio comercial Brasil - União Europeia
US\$ bilhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	31,13	14,8%	22,59%	20,21	10,8%	22,13%	51,35	13,2%	22,41%	10,92
2007	40,57	30,3%	25,25%	26,74	32,3%	22,17%	67,31	31,1%	23,93%	13,83
2008	46,60	14,9%	23,54%	36,19	35,3%	20,92%	82,79	23,0%	24,81%	10,40
2009	34,19	-26,6%	22,35%	29,24	-19,2%	22,89%	63,43	-23,4%	22,59%	4,95
2010	43,32	26,7%	21,46%	39,15	33,9%	21,54%	82,48	30,0%	21,50%	4,17
2011	53,17	22,7%	20,77%	46,46	18,7%	20,54%	99,63	20,8%	20,66%	6,71
2012	49,10	-7,6%	20,24%	47,72	2,7%	21,38%	96,82	-2,8%	20,79%	1,39
2013	47,77	-2,7%	19,74%	50,75	6,4%	21,17%	98,52	1,8%	20,45%	-2,98
2014	42,05	-12,0%	18,68%	46,72	-7,9%	20,39%	88,77	-9,9%	19,54%	-4,67
2015	33,95	-19,3%	17,76%	36,65	-21,6%	21,37%	70,59	-20,5%	19,47%	-2,70
2016 (jan-abr)	10,06	-7,2%	17,99%	9,98	-22,4%	23,36%	20,04	-15,4%	20,31%	0,09
Var. % 2006-2015	9,0%	---		81,3%	---		37,5%	---		n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

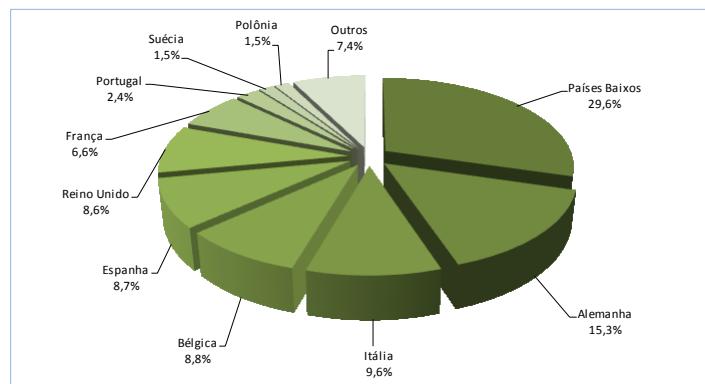


Direção das exportações brasileiras para a União Europeia, por país
US\$ milhões

Descrição	2013	Part.% no total	2014	Part.% no total	2015	Part.% no total	Var. % 2013-2015	2015 (jan-abr)	Part.% no total	2016 (jan-abr)	Part.% no total	Var. % 2015-2016
Países Baixos	17.333	36,3%	13.036	31,0%	10.044	29,6%	-42,0%	3.023	27,9%	3.037	30,2%	0,4%
Alemanha	6.552	13,7%	6.633	15,8%	5.179	15,3%	-21,0%	1.815	16,7%	1.393	13,8%	-23,3%
Itália	4.098	8,6%	4.021	9,6%	3.270	9,6%	-20,2%	1.097	10,1%	1.064	10,6%	-3,0%
Bélgica	3.594	7,5%	3.287	7,8%	2.990	8,8%	-16,8%	991	9,1%	979	9,7%	-1,2%
Espanha	3.546	7,4%	3.255	7,7%	2.943	8,7%	-17,0%	824	7,6%	817	8,1%	-0,9%
Reino Unido	4.067	8,5%	3.827	9,1%	2.907	8,6%	-28,5%	1.076	9,9%	855	8,5%	-20,5%
França	3.394	7,1%	2.918	6,9%	2.245	6,6%	-33,8%	772	7,1%	677	6,7%	-12,3%
Portugal	854	1,8%	1.060	2,5%	822	2,4%	-3,8%	202	1,9%	206	2,0%	2,0%
Suécia	449	0,9%	493	1,2%	503	1,5%	12,1%	185	1,7%	183	1,8%	-1,1%
Polônia	396	0,8%	484	1,2%	495	1,5%	25,0%	101	0,9%	146	1,5%	44,3%
Irlanda	611	1,3%	332	0,8%	383	1,1%	-37,2%	64	0,6%	82	0,8%	28,8%
Eslavônia	340	0,7%	392	0,9%	381	1,1%	12,1%	112	1,0%	121	1,2%	8,1%
Dinamarca	472	1,0%	516	1,2%	322	0,9%	-31,8%	122	1,1%	71	0,7%	-41,4%
Finlândia	451	0,9%	401	1,0%	269	0,8%	-40,3%	119	1,1%	112	1,1%	-6,4%
Romênia	385	0,8%	283	0,7%	242	0,7%	-37,1%	62	0,6%	48	0,5%	-22,6%
Hungria	146	0,3%	164	0,4%	239	0,7%	63,9%	62	0,6%	68	0,7%	8,7%
Áustria	139	0,3%	147	0,3%	139	0,4%	0,4%	52	0,5%	24	0,2%	-53,4%
Bulgária	219	0,5%	206	0,5%	118	0,3%	-46,1%	44	0,4%	38	0,4%	-13,6%
Grécia	151	0,3%	140	0,3%	117	0,3%	-22,7%	33	0,3%	35	0,3%	6,0%
Croácia	181	0,4%	62	0,1%	78	0,2%	-56,8%	4	0,0%	13	0,1%	197,6%
Lituânia	115	0,2%	43	0,1%	52	0,2%	-54,6%	9	0,1%	10	0,1%	11,5%
Luxemburgo	32	0,1%	17	0,0%	36	0,1%	14,5%	4	0,0%	3	0,0%	-11,2%
Estônia	41	0,1%	46	0,1%	33	0,1%	-21,0%	19	0,2%	5	0,1%	-72,0%
Letônia	21	0,0%	42	0,1%	27	0,1%	27,5%	14	0,1%	14	0,1%	-2,4%
República Tcheca	60	0,1%	56	0,1%	26	0,1%	-56,9%	8	0,1%	7	0,1%	-11,0%
Eslaváquia	27	0,1%	25	0,1%	21	0,1%	-21,7%	7	0,1%	9	0,1%	18,0%
Malta	21	0,0%	62	0,1%	15	0,0%	-26,1%	4	0,0%	6	0,1%	23,4%
Chipre	13	0,0%	43	0,1%	9	0,0%	-28,6%	3	0,0%	12	0,1%	267,4%
Total	47.772	100,0%	42.047	100,0%	33.947	100,0%	-28,9%	10.845	100,0%	10.062	100,0%	-7,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

Participação dos principais compradores da União Europeia das exportações brasileiras, 2015

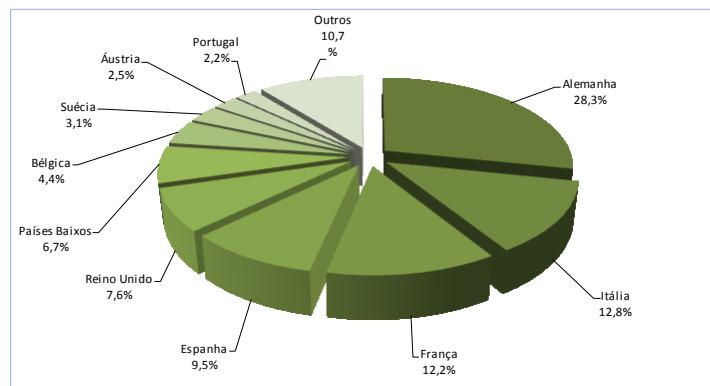


Origem das importações brasileiras procedentes da União Europeia, por país
US\$ milhões

Descrição	2013	Part.% no total	2014	Part.% no total	2015	Part.% no total	Var. % 2013-2015	2015 (jan-abr)	Part.% no total	2016 (jan-abr)	Part.% no total	Var. % 2015-2016
Alemanha	15.183	29,9%	13.837	29,6%	10.380	28,3%	-31,6%	3.617	28,1%	2.860	28,7%	-20,9%
Itália	6.719	13,2%	6.312	13,5%	4.675	12,8%	-30,4%	1.706	13,3%	1.211	12,1%	-29,0%
França	6.499	12,8%	5.700	12,2%	4.457	12,2%	-31,4%	1.455	11,3%	1.191	11,9%	-18,2%
Espanha	4.487	8,8%	3.910	8,4%	3.499	9,5%	-22,0%	1.279	10,0%	807	8,1%	-36,9%
Reino Unido	3.615	7,1%	3.258	7,0%	2.800	7,6%	-22,5%	871	6,8%	809	8,1%	-7,1%
Países Baixos	2.345	4,6%	3.168	6,8%	2.469	6,7%	5,3%	950	7,4%	575	5,8%	-39,5%
Bélgica	2.010	4,0%	1.850	4,0%	1.623	4,4%	-19,3%	588	4,6%	428	4,3%	-27,3%
Suécia	1.991	3,9%	1.626	3,5%	1.152	3,1%	-42,1%	407	3,2%	305	3,1%	-25,0%
Áustria	1.388	2,7%	1.127	2,4%	901	2,5%	-35,1%	286	2,2%	356	3,6%	24,2%
Portugal	1.088	2,1%	1.096	2,3%	810	2,2%	-25,6%	318	2,5%	198	2,0%	-37,6%
Dinamarca	906	1,8%	838	1,8%	668	1,8%	-26,3%	218	1,7%	197	2,0%	-9,4%
Finlândia	892	1,8%	628	1,3%	561	1,5%	-37,0%	185	1,4%	233	2,3%	26,0%
Polônia	809	1,6%	665	1,4%	529	1,4%	-34,6%	179	1,4%	154	1,5%	-13,8%
Irlanda	624	1,2%	613	1,3%	522	1,4%	-16,3%	201	1,6%	142	1,4%	-29,6%
República Tcheca	597	1,2%	555	1,2%	433	1,2%	-27,6%	163	1,3%	144	1,4%	-12,0%
Hungria	487	1,0%	487	1,0%	417	1,1%	-14,4%	164	1,3%	86	0,9%	-47,3%
Romênia	412	0,8%	488	1,0%	283	0,8%	-31,2%	108	0,8%	76	0,8%	-29,2%
Eslaváquia	171	0,3%	141	0,3%	119	0,3%	-30,5%	46	0,4%	31	0,3%	-31,2%
Luxemburgo	89	0,2%	73	0,2%	89	0,2%	0,1%	18	0,1%	103	1,0%	483,4%
Eslóvénia	86	0,2%	74	0,2%	63	0,2%	-27,3%	23	0,2%	18	0,2%	-25,3%
Grécia	115	0,2%	68	0,1%	48	0,1%	-58,0%	30	0,2%	18	0,2%	-38,8%
Bulgária	33	0,1%	37	0,1%	43	0,1%	30,9%	13	0,1%	10	0,1%	-23,4%
Letônia	7	0,0%	10	0,0%	32	0,1%	382,6%	3	0,0%	3	0,0%	-14,8%
Estônia	48	0,1%	43	0,1%	23	0,1%	-53,1%	9	0,1%	6	0,1%	-33,6%
Malta	77	0,2%	56	0,1%	20	0,1%	-73,3%	8	0,1%	3	0,0%	-65,9%
Lituânia	33	0,1%	34	0,1%	20	0,1%	-40,7%	4	0,0%	8	0,1%	108,2%
Croácia	36	0,1%	21	0,0%	9	0,0%	-75,9%	4	0,0%	3	0,0%	-21,7%
Chipre	4	0,0%	2	0,0%	1	0,0%	-70,4%	1	0,0%	0	0,0%	-75,0%
Total	50.751	100,0%	46.719	100,0%	36.646	100,0%	-27,8%	12.853	100,0%	9.975	100,0%	-22,4%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

Participação dos principais fornecedores da União Europeia, das importações brasileiras, 2015

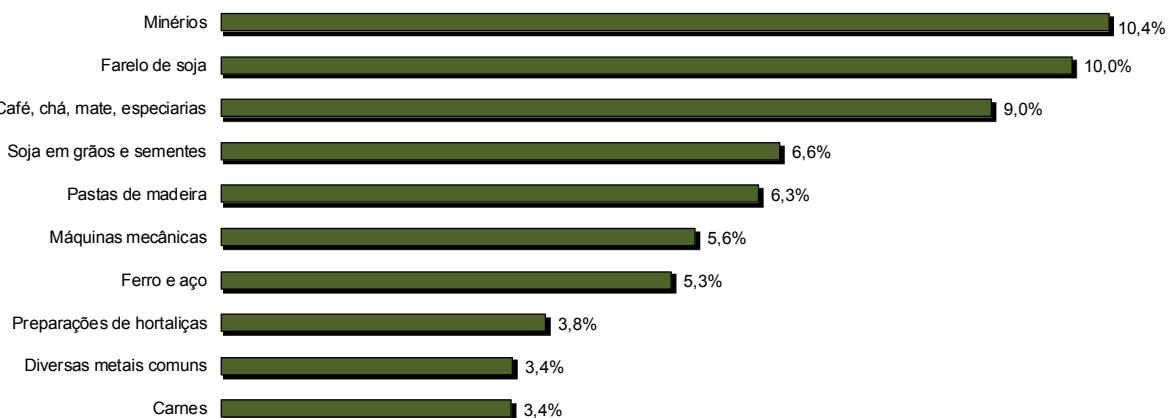


Composição das exportações brasileiras para a União Europeia
US\$ milhões

Descrição	2013	Part.% no total	2014	Part.% no total	2015	Part.% no total	2015 (jan-ahr)	Part.% no total	2016 (jan-ahr)	Part.% no total
Minérios	7.521	15,7%	5.588	13,3%	3.535	10,4%	1.363	12,6%	932	9,3%
Farelo de soja	4.731	9,9%	4.606	11,0%	3.389	10,0%	987	9,1%	861	8,6%
Café, chá, mate, especiarias	2.554	5,3%	3.506	8,3%	3.068	9,0%	1.188	11,0%	849	8,4%
Soja em grãos e sementes	2.811	5,9%	3.187	7,6%	2.225	6,6%	575	5,3%	578	5,7%
Pastas de madeira	2.073	4,3%	2.082	5,0%	2.141	6,3%	698	6,4%	726	7,2%
Máquinas mecânicas	2.302	4,8%	2.198	5,2%	1.888	5,6%	568	5,2%	737	7,3%
Ferro e aço	1.167	2,4%	1.769	4,2%	1.792	5,3%	567	5,2%	448	4,5%
Preparações de hortaliças	1.585	3,3%	1.301	3,1%	1.293	3,8%	422	3,9%	497	4,9%
Diversas metais comuns	726	1,5%	872	2,1%	1.162	3,4%	304	2,8%	511	5,1%
Carnes	1.365	2,9%	1.398	3,3%	1.156	3,4%	358	3,3%	338	3,4%
Subtotal	26.835	56,2%	26.507	63,0%	21.648	63,8%	7.030	64,8%	6.477	64,4%
Outros produtos	20.936	43,8%	15.540	37,0%	12.299	36,2%	3.815	35,2%	3.585	35,6%
Total	47.772	100,0%	42.047	100,0%	33.947	100,0%	10.845	100,0%	10.062	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015



Composição das importações brasileiras originárias da União Europeia
US\$ milhões

Descrição	2013	Part.% no total	2014	Part.% no total	2015	Part.% no total	2015 (jan-ahr)	Part.% no total	2016 (jan-ahr)	Part.% no total
Máquinas mecânicas	11.865	23,4%	10.238	21,9%	7.648	20,9%	2.709	21,1%	2.428	24,3%
Farmacêuticos	4.087	8,1%	3.959	8,5%	3.409	9,3%	1.141	8,9%	1.137	11,4%
Automóveis	5.345	10,5%	4.557	9,8%	2.968	8,1%	1.185	9,2%	756	7,6%
Máquinas elétricas	3.964	7,8%	3.524	7,5%	2.943	8,0%	1.106	8,6%	719	7,2%
Químicos orgânicos	3.066	6,0%	2.973	6,4%	2.709	7,39%	780	6,1%	622	6,2%
Combustíveis	2.637	5,2%	2.807	6,0%	1.981	5,4%	989	7,7%	416	4,2%
Instrumentos de precisão	2.433	4,8%	2.190	4,7%	1.726	4,7%	593	4,6%	454	4,5%
Diversos inds químicas	1.753	3,5%	1.991	4,3%	1.646	4,5%	287	2,2%	257	2,6%
Plásticos	2.069	4,1%	1.961	4,2%	1.630	4,4%	593	4,6%	480	4,8%
Obras de ferro ou aço	1.697	3,3%	1.291	2,8%	904	2,5%	353	2,7%	245	2,5%
Subtotal	38.916	76,7%	35.490	76,0%	27.565	75,2%	9.734	75,7%	7.515	75,3%
Outros produtos	11.835	23,3%	11.229	24,0%	9.081	24,8%	3.119	24,3%	2.461	24,7%
Total	50.751	100,0%	46.719	100,0%	36.646	100,0%	12.853	100,0%	9.975	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

